Nesta edição: Carlos A. Afonso, Naomi Klein, Cory Doctorov, Claire Wardle, César Rodríguez-Garavito, Tomás Balmaceda, Karina Pedace e Tobias Schleider

POLITICS

Uma publicação do Instituto Nupef ano xv | nº36 | mai 2023



Distribuição gr

ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO?

O QUE O 08-01-23 NOS DIZ SOBRE O USO DAS PLATAFORMAS CONTRA A DEMOCRACIA

17

MISOGINIA COMO MERCADORIA NOS ESPAÇOS DIGITAIS

4

CONSTRUINDO UMA AGENDA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE VIGILÂNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

8

POLITICS

Uma publicação do Instituto Nupef - n 35 - mar/jun 2023

EDITOR CARLOS A. AFONSO • COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO OONA CASTRO • COORDENAÇÃO TÉCNICA PAULO DUARTE • TRADUÇÕES CARLOS A. AFONSO • REVISÃO HELENA ARAGÃO • DESIGN LIQUID TV

COMITÊ CONSULTIVO(*) AVRI DORIA • CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA • DEIRDRE WILLIAMS • DEMI GETSCHKO • GRACIELA SELAIMEN • JEREMY MALCOLM • JOÃO BRANT • LOUIS POUZIN • MARILIA MACIEL • MAWAKI CHANGO • VALERIA BETANCOURT

(*) Detalhes sobre os membros do Comitê Consultivo disponíveis em **https://politics.org.br**

Os textos publicados aqui são de responsabilidade de seus autores, não necessariamente representando os pontos de vista das entidades às quais estão vinculados, salvo indicação explícita em contrário.

Se você quiser receber gratuitamente a edição impressa, por favor, envie um e-mail para **politics@nupef.org.br** com seu nome, endereço completo - incluindo o CEP - e a sua área de atuação.

Todas as edições desta revista estão disponíveis em **https://politics.org.br**

A POLI**TICS** procura aderir à terminologia e abreviaturas do Sistema Internacional de Unidades (SI), adotado pelo Instituto Nacional de Metrologia do Brasil (Inmetro). Assim, todos os textos são revisados para assegurar, na medida do possível e sem prejuizo ao conteúdo, aderência ao SI. Para mais informação: http://www.inmetro.gov.br/consumidor/unidLegaisMed.asp

creative commons

ATRIBUIÇÃO
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

USO NÃO-COMERCIAL
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

VEDADA A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS
Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

• Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

• Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.

nupef
nupef.org.br

35

ÍNDICE

04 **Serene Lim**
Misoginia como mercadoria nos espaços digitais

10 **Rodrigo Firmino e Fernanda Bruno**
Construindo uma agenda latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade

18 **Oona Castro e Helena Aragão**
Arquitetura da destruição? O que o 08-01-23 nos diz sobre o uso das plataformas contra a democracia

ISSN: 1984-8803

EDITORIAL

A resenha que Oona Castro e Helena Aragão apresentam do processo político que culminou no ataque às principais estruturas do governo federal em Brasília em oito de janeiro de 2023 é reveladora da extensão com que grupos organizados articularam-se utilizando todos os recursos oferecidos pelas redes sociais para mobilizar os aderentes ao bolsonarismo em torno de um novo golpe empresarial-militar. A presença maciça de beligerantes no ataque de Brasília foi amplamente financiada por vários setores empresariais, que já vinham apoiando os piquetes (apoiados por militares) nas portas dos quartéis desde que o bolsonarismo desatou uma campanha contestando a lisura do sistema eletrônico de votação.

Os autores Rodrigo Firmino e Fernanda Bruno analisam as circunstâncias em que uma agenda de resistência às consequências culturais, sociais e políticas do colonialismo (uma agenda decolonial, segundo o conceito detalhado por Anibal Quijano[1]) para os países latinoamericanos foi construída por estudiosos, ativistas e artistas associados à Rede Latino-Americana de Estudos de Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). O trabalho da rede sempre se beneficiou do pensamento crítico formado no campo dos estudos de vigilância com contribuições cruciais vindas da Rede de Estudos de Vigilância e da Surveillance & Society nos últimos vinte anos.

Serene Lim faz uma resenha da evolução e estado atual da Internet em um contexto de dominação de plataformas por transnacionais tecnológicas, em relação à violência online baseada em gênero. Nas palavras de Lim, "nossa identidade social, ou seja, de classe, gênero, orientação sexual, etnia, religião, capacidade corporal etc, ainda dita nossa capacidade de aceder a espaços digitais e a qualidade de nosso envolvimento nesses espaços".

Boa leitura

"É a instrumentalização das razões do poder, do poder colonial em primeiro lugar, que produziu paradigmas distorcidos do conhecimento e prejudicou as promessas libertadoras da modernidade. A alternativa, então, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial. Em primeiro lugar, a descolonização epistemológica, como decolonialidade, é necessária para abrir caminho a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e significados, como base de uma outra racionalidade que pode legitimamente pretender alguma universalidade." -- Anibal Quijano, "Colonialidade e Modernidade/Racionalidade", Cultural Studies Vol. 21, nºs 2-3 março/maio 2007, p.177



Serene Lim, ativista, escritora e advogada em Kuala Lumpur. Sua área de interesse inclui tecnologia, direitos humanos, estudos de gênero, sexualidade, teoria jurídica feminista, narrativa e Netflix.

MISOGINIA COMO MERCADORIA NOS ESPAÇOS DIGITAIS

Não faltam evidências e pesquisas que mostram que a violência online baseada em gênero é a mesma velha história de um desequilíbrio de poder político, econômico, cultural e social para manter uma hierarquia de status baseada no gênero de alguém – um sistema que muitas vezes privilegia a experiência de homens cisgênero heterossexuais. No entanto, existem aspectos nos espaços digitais que incentivam a proliferação da violência de gênero contra mulheres cisgênero, pessoas transgênero, queer e pessoas de gênero não conforme. A violência tem uma maneira de manifestar-se em diferentes plataformas – SMS, Zoom, Telegram, Facebook, incluindo as plataformas emergentes como TikTok e Clubhouse. O problema, portanto, reside não apenas na tecnologia em si, mas na lógica subjacente e no modelo de lucro que impulsiona o modus operandi do algoritmo, a política de moderação de conteúdo e todas as outras tecnologias implantadas para operar o ecossistema digital.

NUNCA FOI SOBRE O PODER DO POVO

A ideia de uma abordagem liberal para a governança da Internet – o mercado aberto, autorregulado e desimpedido – realmente afetou o poder das instituições tradicionais, ou seja, o governo e os conglomerados de mídia. Novas tecnologias forneceram espaços alternativos para comunidades marginalizadas e geograficamente dispersas envolverem-se e catalisarem novas formas de autoexpressão. No entanto, o impacto perturbador da Internet tem sido desigual e, de certa forma, o poder está cada vez mais obscurecido, menos visível e mais difícil de resistir.[1]

1. Taylor, A. (2015). The People's Platform. Picador Paperback.

O PROBLEMA, PORTANTO, RESIDE NÃO APENAS NA TECNOLOGIA EM SI, MAS NA LÓGICA SUBJACENTE E NO MODELO DE LUCRO QUE IMPULSIONA O MODUS OPERANDI DO ALGORITMO, A POLÍTICA DE MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E TODAS AS OUTRAS TECNOLOGIAS IMPLANTADAS PARA EXECUTAR O ECOSSISTEMA DIGITAL.

Corporações digitais transnacionais como Facebook e Google, e "super apps" como Grab na Ásia, estão cada vez mais consolidando seu poder em vários setores – financeiro, publicidade, caseiro, notícias, veículos e muito mais. A concentração monopolista de poder levou ao surgimento do que Shoshana Zuboff chama de "capitalismo de vigilância" – um sistema que reivindica todos os aspectos da experiência humana como matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais, com o objetivo final de prever o comportamento futuro do ser humano e nos automatizar.[2]

Seja comprando aquele batom às 2h da manhã de sexta-feira ou promovendo um vídeo político de esquerda enquanto você percorre seu Facebook sem pensar, essas corporações e suas visões de negócios estão agora mediando as lentes pelas quais vemos nosso mundo.

Quando experiências e conexões humanas tornam-se um meio para um fim comercial, conteúdos e expressões que encorajam interações são bem-vindos e priorizados. Os algoritmos do Facebook são projetados para destacar conteúdos que geram fortes reações, seja de alegria ou indignação, seja um meme de cachorrinhos fofos ou discurso de ódio contra a comunidade trans.[3] Esses algoritmos ditam como as informações, conteúdos e notícias são reconfigurados, remontados, enterrados ou amplificados.[4] Eles fornecem um novo caminho para os agressores coletivizarem e abusarem de mulheres e pessoas queer em uma velocidade muito mais rápida. Nossa identidade social, ou seja, de classe, gênero, orientação sexual, etnia, religião, capacidade corporal etc., ainda dita nossa capacidade de acessar espaços digitais e a qualidade de nosso envolvimento nesses espaços.[5]

Ser capaz de dizer ou expressar algo em espaços digitais nem sempre significa que a pessoa é ouvida, especialmente no caso de vozes marginalizadas. A abordagem *laissez-faire* para a geração de conteúdo nesses espaços sempre significa que as empresas não estão reivindicando nenhuma responsabilidade ou dever de eliminar a discriminação ou de garantir um espaço seguro para direitos verdadeiramente iguais à liberdade de expressão para todos.

ESTUDO DE CASO: UM CRIADOR NÃO INTENCIONAL DO TIKTOK

Allie é uma estudante universitária cis de 20 anos. Ela começou a colocar conteúdo aleatório sobre sua vida cotidiana e pensamentos no TikTok no início deste ano. A conta dela tinha menos de 100 seguidores na época, sendo a maioria deles seus amigos. Um dia, ela postou um vídeo dela dançando em seu quarto, vestindo um macacão de personagem de desenho animado, sem sutiã. Na manhã seguinte, ela acordou

2. Zuboff, S. (2019). The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. Profile Books.
3. Vaidhyanathan, S. (2018). Anti-social media: How Facebook disconnect us and undermines democracy. Oxford University Press.
4. Gurumurthy, A., Vasudevan, A., & Chami, A. (2017). A Feminist Perspective on Gender, Media and Communication Rights in Digital Times – Key issues for CSW62 and beyond. IT for Change. https://itforchange.net/index.php/csw62-position-paper
5. A. Jane, E. (2017). Misogny Online: A short (and brutish) history. SAGE Publications.
6. No original em inglês, "slut-shaming". Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Slut-shaming

com um milhão de visualizações naquele vídeo específico do TikTok, acompanhado por milhares de comentários sexualmente ofensivos e de censura moral[6], todos focados em seus seios no vídeo.

Por motivos que ela não entendia muito bem, seu vídeo começou a aparecer na página "para você" de muitos homens de outros países. Ela observa que o número de seguidores aumentou desde então, qualificando-a para o programa de criadores locais do TikTok. Ao mesmo tempo, as interações e comentários para seus vídeos subsequentes (especialmente para aqueles em que ela falou sobre feminismo e questões de justiça social) permanecem baixos e às vezes tão baixos quanto 500 visualizações para uma conta com 71.000 seguidores.[7] Em uma entrevista ela expressou como o referido vídeo bagunçou sua conta do TikTok e ela não sabe de que outra forma pode recuperar e redirecionar sua conta para o público-alvo. De vez em quando, ela recebe mensagens de homens pedindo que ela produza um vídeo semelhante dançando de macacão.

A experiência de Allie destaca a lógica distorcida subjacente que projeta os algoritmos e a política de conteúdo na maioria das plataformas de mídia social. A objetificação de seu corpo também tem várias camadas. A objetificação sexual do corpo da mulher, infelizmente, não é novidade e continua sendo uma luta contínua mesmo nos espaços digitais. Além disso, o corpo de Allie é reduzido a conjuntos de dados a serem colhidos e explorados, onde ela não tem controle sobre como seu corpo deve ser tratado ou visto pelo algoritmo. Todos os dados existem como parte de nosso eu corporificado e cada decisão tomada com base em nossos "corpos de dados" afeta nossos próprios corpos físicos. Os dados não existem fora de nossos corpos, eles são uma extensão de nossos corpos. O uso indevido e abuso de nossos dados não é apenas uma violação de dados pessoais, mas uma violação de nossa integridade física.[8]

Nossos gostos e desgostos são rastreados, analisados e previstos constantemente, mas esses dados não representam totalmente a complexidade e fluidez de nossas vidas e sociedade. Eles são projetados para extrair dados comportamentais que estão por aí e nunca para desafiar o status quo ou as normas. Somos colocados à força em caixas e somos apresentados a conteúdos que se encaixam na previsão da máquina sobre nosso comportamento. O resultado é o reforço e a legitimação da misoginia e uma cultura de censura moral que tem servido bem ao mercado capitalista há séculos. Isso é feito à custa da igualdade de gênero e do acesso igualitário à liberdade para todos. Continua a haver pouco ou nenhum incentivo econômico para que as empresas revejam seus algoritmos e modelos de lucro. Como seres humanos, somos suscetíveis ao viés de confirmação, estamos sempre buscando e aceitando conteúdos que reforçam nossas suposições e descartando evidências que mostrem o contrário.[9] Isso é muito importante quando nossas sociedades pré-existentes são inerentemente patriarcais e preconceituosas em relação às comunidades marginalizadas.

IMAGINANDO UM FUTURO FEMINISTA NA INTERNET

Os mecanismos existentes das empresas de mídia social para combater a violência online baseada em gênero permanecem longe de serem adequados, especialmente para mulheres e pessoas queer do Sul global. No entanto, resistir às plataformas ou ficar longe dos espaços digitais não é mais uma opção viável para muitos de nós. O recente Conselho de Supervisão[10] foi mais uma tentativa do Facebook de lidar com as ofensas, a violência e a crueldade sem fim em suas plataformas, cuja eficácia foi questionada e ainda não foi confirmada.

Conforme descrito apropriadamente por Shoshana Zuboff, nosso esforço para combater a violência baseada em gênero online começa com o reconhecimento de que devemos caçar o marionetista, não a marionete. A menos e até que a questão da mercantilização da

7. Os números são registrados a partir de 12 de setembro de 2021.
8. Kovacs, A. & Ranganathan, N. (2019). Data Sovereignty, of whom? Limits and suitability of sovereignty frameworks for data in India. Internet Democracy Project. https://internetdemocracy.in/reports/data-sovereignty-of-whom
9. Vaidhyanathan, S. (2018). Op. cit.
10. https://oversightboard.com/

atenção e dos dados possa ser abordada, nenhuma solução tecnocrática resolverá o problema central.

Talvez a conversa mais importante seja se podemos acabar com o Facebook, o Google e todas essas corporações digitais gigantes e transformar os atuais modelos de lucro baseados em dados? Minha resposta à pergunta é que começamos imaginando uma Internet feminista. Uma Internet feminista não tem soluções completas para tudo, ao contrário, ela nos desafia a questionar "o que posso imaginar para mim e minha comunidade para um mundo verdadeiramente inclusivo, diverso e igualitário?"

Pode parecer assustador e impossível quando estamos tentando mudar um sistema que já está embutido em todos os aspectos de nossas vidas, até mesmo dentro de nós mesmos. No entanto, também pode ser uma jornada gratificante, pois há infinitas oportunidades para experimentar e aprender, múltiplas colaborações para explorar e possibilidades ilimitadas nos aguardam. ■



Rodrigo Firmino, Professor Associado de Administração Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Fernanda Bruno, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

CONSTRUINDO UMA AGENDA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS **SOBRE VIGILÂNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

RESUMO

Tornou-se incontornável questionar as condições de constituição dos arranjos sociotécnicos de vigilância em diferentes contextos, e com isso assistimos a um aumento do interesse por estudos dedicados à compreensão das especificidades da construção social e histórica da vigilância nos países latino-americanos desde ontologias e epistemologias mais próximas de suas realidades. Isso tem acontecido tanto do ponto de vista da compreensão dos processos de uso da vigilância por governos e empresas na gestão neoliberal de corpos e territórios, quanto na organização da resistência à violência mais ou menos explícita operada por tecnologias de controle. Neste artigo, descrevemos as circunstâncias em que uma agenda decolonial para os países latinoamericanos foi construída por estudiosos, ativistas e artistas associados à Rede Latino-Americana de Estudos de Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). O trabalho da rede sempre se beneficiou do pensamento crítico formado no campo dos estudos de vigilância com contribuições cruciais vindas da Surveillance Studies Network e Surveillance & Society nos últimos vinte anos.

INTRODUÇÃO

Os estudos de vigilância se estabeleceram em um amplo campo de pesquisa nas últimas duas décadas, principalmente a partir de uma rede de pesquisadores, instituições e publicações, guiados por um crescente interesse na construção de abordagens para abordar a vigilância e o controle em um mundo pós-11 de setembro. Surveillance & Society1 é um ator central neste processo, e muitos de nós nos beneficiamos desta fonte única e sem precedentes de referências em estudos de vigilância.

Diversos temas e perspectivas foram propostos e, à medida que o campo ganhou corpo crítico e diversidade na constituição de uma rede de estudos, ficou evidente que não se pode falar em sociedade de vigilância, mas de sociedades de vigilância. O fenômeno global de extração, coleta, armazenamento e análise de dados e informações sobre indivíduos e grupos populacionais apresenta diferentes arranjos de acordo com as circunstâncias regionais e históricas.

Tornou-se incontornável questionar as condições de constituição dos arranjos sociotécnicos de vigilância em diferentes contextos, e com isso assistimos a um aumento do interesse por estudos dedicados à compreensão das especificidades da construção social e histórica da vigilância nos países latino-americanos desde ontologias e epistemologias mais próximas de suas realidades. Isso tem acontecido tanto do ponto de vista da compreensão dos processos de uso da vigilância por governos e empresas na gestão neoliberal de corpos e territórios, quanto na organização da resistência à violência mais ou menos explícita operada por tecnologias de controle.

Diante desse contexto, fica evidente a necessidade de construção de uma agenda regional de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade. Nos últimos treze anos, a construção dessa agenda mais situada abordou uma série de questões. De que adianta construir uma rede de pesquisa sobre vigilância, tecnologia e sociedade na América Latina? Como processos globais ligados à vigilância e securitização se inscrevem em contextos locais e singulares? Em que medida a problematização desses processos na América Latina coincide com as questões propostas pelo chamado Norte Global? Como a história colonial latino-americana ressoa com os atuais dispositivos de vigilância? Como as assimetrias e interseccionalidades de raça, gênero e classe afetam os arranjos sociotécnicos local e regionalmente? Que significados assumem "assistir" e "ser observado" nos contextos assimétricos da América Latina?

Dessa necessidade de uma atenção consciente e situada, em diálogo com as singularidades latino-americanas, duas outras questões são indissociáveis do processo de compreensão dos arranjos sociotécnicos de vigilância e controle na região. Por um lado, e a partir da ideia de tecnodiversidade, como se dá a apropriação e ressignificação de tecnologias produzidas em um contexto global e quais as tensões nos contextos em que essas tecnologias estão inseridas? Por outro lado, como os movimentos de resistência aos processos contemporâneos de extrativismo se estabelecem de forma situada e em relação a processos históricos e interseccionais de luta contra formas de discriminação, injustiças socioambientais e dominação colonial?

Com essas preocupações em mente, a LAVITS (Rede Latino-Americana de Estudos de Vigilância, Tecnologia e Sociedade)[2] foi fundada em 2009 e, desde então, tem sido amplamente organizada por brasileiros com importantes contribuições da Argentina, México, Chile, Colômbia e Costa Rica. Um dos desafios mais significativos da rede é justamente promover a integração entre os países da América Latina com limitado apoio financeiro, respeitando suas diferentes histórias, mas valorizando profundas semelhanças no contexto tecnopolítico regional. Além de pesquisas e ações em diferentes períodos, o LAVITS organizou seis simpósios internacionais desde sua fundação, com diferentes agendas e cidades-sede.[3]

---

* Firmino, Rodrigo José, e Fernanda Glória Bruno. 2022. Building a Latin American Agenda for Studies on Surveillance, Technology, and Society. Surveillance & Society 20 (4): 357-363. https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/15917. Licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution Non-Commercial No Derivatives.

1. https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/
2. https://lavits.org/

O principal objetivo da rede é ser um meio de intercâmbio entre pesquisadores, ativistas e artistas latino-americanos interessados nas conexões entre vigilância, tecnologia e sociedade. É importante ressaltar que o alcance mais amplo da rede vai além da questão da vigilância e direciona as preocupações de pesquisa e ação social para relações mais amplas entre as tecnologias digitais, a tecnopolítica e as singularidades das sociedades latino-americanas. A rede envolve pesquisadores de diferentes áreas (incluindo comunicação, sociologia, antropologia, psicologia, ciência da computação, direito, arquitetura e estudos urbanos) e por mais de uma década gerou uma gama diversificada de atividades, publicações, pesquisas, relatórios e iniciativas cívicas ação decorrente de discussões entre grupos de pesquisa e ativismo na América Latina e em cooperação com países da Europa e América do Norte, especialmente com colegas da Surveillance Studies Network.

Desde a sua fundação, um aspecto importante da atividade do LAVITS tem sido a qualificação de pesquisadores (de diversos níveis acadêmicos) em temas de interesse da rede e das atividades da região, juntamente com engajamento com grupos e laboratórios associados ao LAVITS e outros parceiros não governamentais.[4] Pode-se dizer com segurança que se estabeleceu no Brasil e na América Latina um campo fértil e interdisciplinar de pesquisa e ação social nas interseções entre vigilância, tecnologia e sociedade, para o qual o LAVITS deu uma contribuição decisiva.

RUMO A UMA AGENDA DECOLONIAL

A relação entre tecnologia, vigilância e colonialismo não é apenas histórica, mas também recursiva. Longe de ser uma coisa do passado e uma inovação da modernidade, o colonialismo se reinscreve de diferentes formas nas soluções tecnológicas e nos mecanismos de vigilância e segurança que hoje fazem parte da agenda neoliberal de governos e corporações em muitas partes do mundo. Particularmente no Brasil e na América Latina, a condição colonial de laboratório de extração de recursos, experimentação e difusão de tecnologias sem as devidas proteções legais, econômicas, sociais, tecnopolíticas, ambientais etc. está sendo construida por uma ampla gama de setores hoje: entretenimento, serviços, saúde, educação, trabalho, mobilidade urbana, saneamento, segurança etc.

LONGE DE SER UMA COISA DO PASSADO E UMA INOVAÇÃO DA MODERNIDADE, O COLONIALISMO SE REINSCREVE DE DIFERENTES FORMAS NAS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E NOS MECANISMOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA QUE HOJE FAZEM PARTE DA AGENDA NEOLIBERAL DE GOVERNOS E CORPORAÇÕES EM MUITAS PARTES DO MUNDO.

Essa recursividade colonial também se aplica a processos de violência, discriminação, exploração e expropriação que operam particularmente entre populações e territórios vulneráveis, especialmente comunidades negras, indígenas e mulheres. Ao mesmo tempo, a história e as múltiplas reinscrições do colonialismo no Brasil e na América Latina são repletas de atritos, confrontos, resistências e insurgências.

3. Vigilância, Segurança e Controle Social (Curitiba, 2009); Identificação, Identidade e Vigilância (Toluca, 2010); Vigilância, Tecnopolítica e Territórios (Rio de Janeiro, 2015); Novos Paradigmas de Vigilância: Perspectivas Latino-Americanas (Buenos Aires, 2016); Vigilância, Democracia e Privacidade: Vulnerabilidades e Resistências(Santiago, 2017); Assimetrias e (in)Visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça (Salvador, 2019).
4. Centenas de pesquisadores formaram-se nesses treze anos de história, que envolveu também a criação de inúmeros laboratórios, como MediaLab/UFRJ, Pimentalab/UNIFESP, LabJor/Unicamp, LED/UFRJ e Jararaca: Laboratório de Tecnopolítica Urbana/PUCPR, para mencionar apenas alguns.

Portanto, entender e se engajar nas relações rearranjadas entre tecnologia, vigilância e colonialismo nos contextos brasileiro e latino-americano implica considerar as dinâmicas que envolvem tanto a expropriação quanto a apropriação, tanto a exploração quanto a insurgência, ainda que em condições assimétricas.

Com o amadurecimento da rede nos últimos anos, LAVITS tem contribuído para a construção de uma agenda decolonial de pesquisa, educação e ação social sobre o impacto das operações extrativistas de tecnologias de vigilância e controle sobre os direitos, liberdades fundamentais e modos de vida no região. Também discutimos os limites da noção moderna e liberal de "sujeitos de direito" diante dos conflitos produzidos pela mediação tecnológica, deslocando e expandindo as fronteiras do extrativismo e as exigências de considerar "novos sujeitos de direito, direitos de difusão propriedade, direitos conexos, [e] direitos da natureza", para citar alguns dos exemplos que aparecem no contexto legal (Parra 2022). Essa agenda, portanto, visa também fomentar práticas e saberes tecnopolíticos que operem como resistência às lógicas extrativistas.

Por extrativista entendemos de modo amplo as tecnologias e práticas desenvolvidas por grandes corporações e estados, voltadas para a extração de dados, valor e conhecimento sobre indivíduos, territórios e populações em diferentes níveis: comportamental, cognitivo, psíquico, emocional, biométrico, de saúde, trabalhista, social e ambiental (Mezzadra 2020; Gago 2019; Mbembe 2018; Quijano 2007; Santos e Meneses 2009).

Essa agenda também envolve a valorização do poder de populações discriminadas, estigmatizadas e subalternas (Roy 2011; Mendoza 2018; Santos 1987; Spivak 1988; McFarlane 2019), particularmente por meio da construção de modos de resistência e sobrevivência que oferecem apropriação subversiva e contra opressiva de tecnologias digitais, dados e narrativas nas periferias urbanas da América Latina. Isso significa repensar processos que normalmente valorizam as informalidades da elite e criminalizam as informalidades dos subalternos em diferentes escalas – do global, entre países do "Norte" e do "Sul", ao local, entre os "centros" e " periferias" das cidades latino-americanas. Nosso enfoque geográfico tem, portanto, priorizado cada vez mais territórios estigmatizados por "ausências" – onde a narrativa hegemônica envolve uma suposta ausência de civilidade, infraestrutura, qualidade de vida, condições dignas de vida etc. – e pelo apagamento deliberado de "potenciais e presenças" – onde as presenças mais visíveis são geralmente o crime, a violência e os confrontos com a polícia.

Esta agenda está, por sua vez, ligada à procura de experiências, práticas e modos de vida que potenciem a tecnodiversidade, não só através do questionamento da natureza universal da tecnologia, mas também através da afirmação e construção de uma "nova imaginação tecnológica que permite novas formas de vida política e estética e novas relações com os não-humanos, a terra e o cosmos" (Hui 2020: 95). O Brasil e a América Latina são historicamente férteis não apenas em biodiversidade, mas também em tecnodiversidade. Povos indígenas, coletivos feministas, afrofuturistas, tecnoativistas urbanos e uma série de práticas sociotécnicas locais e cotidianas vêm estabelecendo usos dissidentes e contra-hegemônicos de tecnologias, juntamente com modos de vida mediados por tecnologias que operam na contramão do modelo patriarcal, colonial e extrativista dos grandes projetos tecnológicos modernos e contemporâneos.

Como mencionamos, nos últimos anos, a LAVITS tem se preocupado em construir essa agenda decolonial a partir de uma visão latino-americana. Desde 2015, a rede conta com o apoio da Fundação Ford, que possibilitou a formação de dois projetos de pesquisa e ação intitulados "Assimetrias e [In] visibilidades da Vigilância na América Latina" e, mais recentemente, "Extrativismo, Tecnopolítica e Agendas Descolonizantes no Contexto Pós-Pandemia Covid-19." O contexto pandêmico ajudou a ampliar nossas preocupações sobre as lógicas e práticas dos atores do capitalismo de vigilância e o extrativismo de dados inerente às plataformas digitais.

Também houve aumento do envolvimento de grandes corporações de tecnologia no fornecimento de soluções para uma série de crises associadas

à pandemia. Reaplicando uma lógica colonial à sobreposição estratégica do capitalismo do desastre com o capitalismo da vigilância, tais corporações vêm ocupando cada vez mais espaço na "modernização" das infraestruturas governamentais latino-americanas de gestão, processamento e análise de dados, não raro sob a marca de cidades inteligentes (claramente em crise no Norte Global, mas ainda populares na América Latina). Enquanto isso, essas mesmas corporações tornaram-se atores centrais no fornecimento de soluções tecnológicas envolvendo inteligência artificial, aprendizado de máquina e automação de processos decisórios no setor público, com acesso a importantes bases de dados em escala nacional e produção de conhecimento voltada para na formulação de políticas públicas.

A pandemia também redimensionou a escala dos problemas envolvidos nas tecnologias e políticas de extração e processamento de dados, destacando suas conexões com os problemas socioambientais. Tornou-se então urgente reposicionar o debate e a pesquisa em uma zona de interseção entre tecnologia, cultura e natureza, juntamente com a interpenetração entre redes digitais e territórios físicos existenciais e as tensões entre o poder supostamente ilimitado da extração de dados por máquina, os limites de recursos naturais e os custos ambientais e sociais envolvidos.

MATERIALIZANDO UMA AGENDA

Vários projetos se desenvolveram a partir dos principais pontos da agenda descrita acima. Estas são uma maneira interessante de ver como os fatores determinantes em nosso movimento em direção a uma abordagem situada dos estudos de vigilância se materializam em projetos de pesquisa, eventos e ativismo.

Um exemplo ilustrativo da atuação da rede com atividades envolvendo uso negligente e predatório de dados, inteligência artificial e automatização da classificação social envolve a crescente adoção de sistemas de reconhecimento facial por serviços públicos e equipamentos em espaços públicos. Com 54% da população brasileira classificada como negra – 85% das pessoas abordadas pela polícia nas cidades brasileiras e dois terços dos encarcerados são negros (iddd e data_labe 2022) –, o país se apresenta como um território frágil para a implementação de uma forma de tecnologia reconhecidamente racista e discriminatória (Raji et al. 2020; Buolamwini 2017). Um eixo de ação e agenda sobre o tema tem sido a articulação com ativistas, movimentos sociais e parlamentares em três esferas (municipal, estadual e federal) para a construção de uma legislação que proíba as tecnologias de reconhecimento facial. No Brasil, projetos de lei já foram iniciados ou apresentados nos municípios do Rio de Janeiro, Recife e Curitiba, e nos estados do Rio de Janeiro e Paraná. A LAVITS pretende ampliar as discussões e projetos legislativos em todo o país com o ambicioso objetivo de incluir a proibição na legislação federal, que se sobrepõe a todas as outras.

Assim, o projeto de banimento do reconhecimento facial é um bom exemplo das diversas esferas de atuação da rede:

> *no âmbito acadêmico e científico, com base na produção de material e estudos críticos;*
>
> *na educação, por meio de títulos de mestrado e doutorado para pesquisa sobre o tema (juntamente com ajuda financeira);*
>
> *no ativismo, por meio de conexões necessárias com movimentos sociais e organizações que lutam por direitos;*
>
> *na legislação, através do trabalho fundamental de profissionais do direito e políticos na elaboração de contas; e*
>
> *no debate público, por meio de audiências públicas e inserções na mídia e redes sociais.*

O projeto de pesquisa "Mapeando os Avanços do Capitalismo de Vigilância nas Universidades Públicas da América do Sul", desenvolvido no âmbito da "Educação sob Vigilância", é outro exemplo significativo de intervenção situada no envolvimento de grandes corporações na prestação de serviços

públicos na região . Esta pesquisa mapeou dados de 335 instituições públicas de ensino superior, revelando como a comunicação institucional nas universidades públicas é cada vez mais dominada pelo Google e pela Microsoft. Constatou-se que cerca de 80% das instituições públicas da região possuem convênios com as chamadas big techs (Da Cruz, Sarava e Amiel 2019).

Influenciando o debate público sobre segurança, tecnologia e direitos, o projeto "Territórios de Exceção: Violação de Direitos e Uso de Helicópteros Policiais no Rio de Janeiro",[5] realizado em parceria com diversas organizações locais, teve como violações de direitos causadas pela política de segurança pública do estado, que intensificou as operações policiais por meio do uso de helicópteros militares como plataformas móveis de tiro nas áreas superpovoadas das favelas e periferias da cidade. O relatório resultante desta investigação, juntamente com outras ações civis, influenciou a decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir operações policiais nas favelas durante a pandemia. A reportagem foi desenvolvida em plataforma digital de narrativas georreferenciadas sobre direitos humanos, territoriais e ambientais e recebeu diversos prêmios e menções honrosas na categoria jornalismo investigativo de órgãos brasileiros e ibero-americanos.

O ativismo de dados e tecnologia digital nas periferias urbanas foi o foco de outro projeto de pesquisa envolvendo laboratórios afiliados ao LAVITS. Intitulado "Periferias Digitais e Urbanismo Subalterno: Tecnopolítica Urbana e Ativismo Digital no Sul Global", o projeto considera engajamentos criativos e políticos com infraestrutura, dados e tecnologias digitais na cidade como formas pelas quais populações vulneráveis podem recuperar o território como um espaço cotidiano e lugar de emancipação. Visava principalmente abordar a contribuição das práticas digitais emergentes nas margens urbanas para a compreensão das manifestações de um "urbanismo do Sul". A pesquisa começou por meio de parcerias com ativistas digitais nas maiores favelas do Rio de Janeiro e se expandiu para estudar movimentos semelhantes na América Latina. Este também é outro caso relevante em que pesquisa e advocacy social se cruzam, uma vez que os atores digitais periféricos começaram a desenvolver suas próprias pesquisas de mestrado e doutorado em um laboratório LAVITS (Jararaca: Laboratório de Tecnopolítica Urbana/PUCPR) durante o estudo, com apoio financeiro do rede.

Outra área em que se construiu uma agenda para estudos de vigilância na América Latina envolve temas relacionados às plataformas digitais. Como mencionado anteriormente, a centralidade das práticas extrativistas no colonialismo, da mineração ao trabalho escravo, desempenha um papel importante na reprodução das desigualdades que marcam as sociedades latinoamericanas e que explicam a amplitude de fenômenos como o capitalismo de plataforma. A crise económica, agravada pela chegada da COVID-19, tem vindo a aumentar o número de trabalhadores nas plataformas de entrega, aumentando também a concorrência entre elas, e consequentemente reduzindo a remuneração pela entrega. Simultaneamente, esses trabalhadores também produzem dados que são extraídos pelas plataformas, além de permitir a produção de dados sobre os clientes. O trabalho mediado pelas empresas-plataforma também evidencia outras formas de extrativismo, expondo os entregadores a riscos de contaminação por longas jornadas de trabalho como forma de proteger os consumidores que podem pagar pelo serviço de entrega e realizar seu trabalho remotamente. Não se trata apenas da simples extração e manipulação de dados de trabalhadores e usuários-consumidores, mas também da ampliação da transferência de riscos de uma parcela da população (cujo conforto pode ser garantido justamente pela intermediação de ofertas do capitalismo de plataforma) para outra parte, já desgastada e vulnerável em vários aspectos da vida urbana (e cuja condição de precariedade é potencializada justamente pelo mesmo capitalismo de plataforma).

Além disso, algumas das respostas dadas pelos poderes públicos à pandemia em diferentes contextos, locais e regionais, centraram-se na

5. Ver https://documental.xyz/intervencao

captação e produção de dados biológicos e na circulação de indivíduos através de aplicações a descarregar em smartphones e construídas em parceria com atores do setor privado, visando o controle epidemiológico da população (Lemos et al. 2022). Diante da urgência do combate ao vírus e à pandemia, tais iniciativas encontraram pouquíssimas resistências e questionamentos, ocupando espaços e validando práticas de biovigilância que tendiam a ser naturalizadas. Com isso, observamos a aceleração de processos que já foram desenhados nos últimos anos, mas que adquiriram uma nova legitimidade diante do grande problema comum e emergencial colocado pela pandemia do COVID-19.

A pandemia também redimensiona a escala dos problemas envolvidos nas tecnologias e políticas de extração e processamento de dados, destacando suas conexões com os problemas socioambientais. Desde então, tornouse urgente reposicionar o debate e a pesquisa de forma que enfatize a interseção entre técnica, cultura e natureza, bem como a interpenetração entre redes digitais e territórios físicos existenciais e as tensões entre o poder supostamente ilimitado de dados maquínicos extração e os limites dos recursos naturais e os custos ambientais e sociais em jogo.

DEFININDO UMA POSIÇÃO TECNOPOLÍTICA

Entre os princípios orientadores desta agenda para a América Latina, é importante reforçar alguns dos pontos de vista compartilhados por pesquisadores, ativistas e artistas que estão envolvidos com LAVITS e estudos de vigilância na região. Consideramos fundamental entender que as consequências do aumento do uso de práticas e tecnologias de vigilância tendem a aprofundar as desigualdades e assimetrias socioeconômicas na sociedade contemporânea, dificultando os debates por justiça social, justiça ambiental e justiça de dados, o que é particularmente grave em países do chamado Sul Global. Nessa perspectiva, a centralidade contemporânea das tecnologias de informação, materializadas nas políticas de vigilância como práticas de controle, exige uma reflexão crítica que possa questionar e subverter seus fundamentos epistemológicos e a comumente alegada neutralidade.

Este ponto de vista amplia a importância de consolidar perspectivas decoloniais e situadas na América Latina para pesquisas e ações sociais sobre tecnologia, vigilância e sociedade. Por um lado, trata-se de contestar/ enfrentar a reinscrição das operações coloniais e extrativas em territórios, corpos, epistemologias, ecossistemas e modos de vida. Por outro lado, trata-se de criar meios para fortalecer arranjos tecnopolíticos que retomem e ampliem a diversidade cosmotécnica latino-americana e a diversidade histórica de práticas, significados e usos da tecnologia na região.

A democratização da produção científica e tecnológica é assim reforçada por meio do diálogo entre saberes e práticas existentes em diferentes comunidades, cosmovisões e modos de vida, reconhecendo a tecnodiversidade e criando outras práticas e imaginários sociotécnicos. A LAVITS se baseia na construção de coletivos e redes inclusivas, anticapitalistas, democráticas e igualitárias, capazes de resistir e combater formas de opressão raciais, sexistas, capacitistas e antropocêntricas. Esses princípios, em última análise, permitem que o LAVITS promova o desenvolvimento interdisciplinar e crítico que valoriza a pesquisa e a experiência politicamente comprometidas, juntamente com a livre circulação e apropriação do conhecimento. ■

REFERÊNCIAS

Buolamwini, Joy. 2017. Gender Shades: Intersectional Phenotypic and Demographic Evaluation of Face Datasets and Gender Classifiers. PhD diss., Massachusetts Institute of Technology.

Da Cruz, Leonardo Ribeiro, Filipe De Oliveira Sarava, e Tel Amiel. 2019. Coletando dados sobre o Capitalismo de Vigilância nas instituições públicas do ensino superior do Brasil. Trabalho apresentado nos Anais do 6º Simpósio Internacional LAVITS, Salvador, Brasil, 26–28 de junho. https://repositorio.unb.br/handle/10482/36912.

Gago, Verónica. 2019. A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante.

Hui, Yuk. 2020. Tecnodiversidade. São Paulo, BR: Ubu Editora.

Iddd e data_labe. 2022. Relatório Por que eu? Como o racismo faz com que as pessoas negras sejam o perfil alvo das abordagens policiais. https://iddd.org.br/por-que-eu-como-o-racismo-faz-com-que-as-pessoas-negras-sejam-o-perfil-alvo-das-abordagens-policiais/. Consultado em 13-09-2022.

Lemos, André, Rodrigo Firmino, Daniel Marques, Eurico Matos, e Catarina Lopes. 2022. Smart Pandemic Surveillance? A Neo-Materialist Analysis of the "Monitora Covid-19" Application in Brazil. Surveillance & Society 20 (1): 82–99.

Mbembe, Achille. 2018. Necropolítica. São Paulo: n-1 Edições.

McFarlane, Colin. 2019. Urban Fragments: A Subaltern Studies Imagination. Em Subaltern Geographies, editado por Tariq Jazeel e Stephen Legg, 210–230. Atenas, GA: Georgia University Press.

Mendoza, Breny. 2018. Can the Subaltern Save Us? Tapuya: Latin American Science, Technology and Society 1 (1): 109–122.

Mezzadra, Sandro. 2020. A Condição pós-colonial: história e política no presente global. São Paulo: Politeia.

Parra, Henrique. 2022. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. Em Engenharias e outras práticas técnicas engajadas, editado por John Kleba, Cristiano Cruz e Celso Alvear, 339–394. Campina Grande: EDUEPB.

Quijano, Aníbal. 2007. Colonialidad del poder y clasificación social. Em El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, editado por Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel. Bogotá: siglo del Hombre Editores.

Raji, Inioluwa Deborah, Timnit Gebru, Margareth Mitchell, Joy Buolamwini, Joonseok Lee e Emily Denton. 2020. Saving Face: Investigating the Ethical Concerns of Facial Recognition Auditing. Artigo apresentado no Proceedings of the AAAI/ ACM Conference AI, Ethics, and Society, Nova York, 7–9 de fevereiro de 2020. https://dl.acm.org/doi/proceedings/10.1145/3375627.

Roy, Anania. 2011. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. International Journal of Urban and Regional Research 35 (2): 223–238.

Santos, Milton. 1987. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel.

Santos, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses, eds. 2009. Epistemologias do sul. Coimbra: Edições Almedina.

Spivak, Gayatri Chakravorty. 1988. Can the Subaltern Speak? Em Marxism and the Interpretation of Culture, editado por Cary Nelson e Lawrence Grossberg, 271-313. Champaign: University of Illinois Press.

Construindo uma agenda latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade



Oona Castro, jornalista, mestre em Comunicação e diretora de desenvolvimento institucional do Instituto Nupef.

Helena Aragão, jornalista, mestre em História e assistente de projetos e comunicação do Instituto Nupef.

ARQUITETURA DA DESTRUIÇÃO?

O que o 08-01-23 nos diz sobre o uso das plataformas contra a democracia

Em oito de janeiro de 2023, o Brasil virou notícia em todo o mundo. A invasão e o quebra-quebra do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Eleitoral e do Congresso Nacional em Brasília, capital do país, foram exibidos com destaque.

As cenas de horror chocaram o Brasil e o mundo. Apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, vestidos com a camiseta da seleção brasileira de futebol, destruíram sem pudores o patrimônio público, prédios históricos considerados verdadeiras joias arquitetônicas. Mais que isso: vandalizaram os edifícios que são símbolos da democracia em nosso país. E tudo foi televisionado por eles mesmos em canais do YouTube e outras plataformas.

Manifestantes golpistas saíram de diversas cidades em comboios para Brasília para protestar contra a posse do presidente Lula, legitimamente eleito em 2022, alegando que queriam "tomar o poder", "derrubar o governo", "fazer as forças armadas assumirem o governo". Não aceitavam o resultado das urnas nas eleições presidenciais de 2022.

Inconformada, parte dos eleitores de Bolsonaro tentou alterar o resultado das eleições "na marra". Embora tenha sido aterrorizante, não foi exatamente surpreendente: desde o 06 de Janeiro de 2021, quando trumpistas invadiram o Capitólio, o ex-presidente Bolsonaro dizia, em tom de ameaça, que se o chamado "voto impresso" não fosse instaurado no Brasil, poderíamos ver, por aqui, algo pior do que ocorrera nos Estados Unidos[1]. Questionamentos infundados sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas circulavam desde muito antes das eleições, impulsionados por declarações do então presidente Bolsonaro[2] e seus apoiadores. O sistema eletrônico de votação, no entanto, é utilizado no Brasil desde 1996, e Bolsonaro foi eleito por meio dele cinco vezes como deputado federal e uma como presidente da República. Além disso, em 2022 mesmo seus correligionários e campo político foram eleitos com um bom número de representantes no primeiro turno, pleito que não foi colocado em dúvida.

OS ATOS GOLPISTAS

Esses atos foram decorrentes de um cenário construído ao longo de anos e potencializado por meio de mensageiros e redes sociais, por onde notícias falsas foram espalhadas de maneira sistemática - e com método - pela extrema-direita brasileira. Ainda que para muitos o compartilhamento pareça "espontâneo", o disparo em massa é - de início - organizado.

As investigações ainda estão em curso e tudo

1. Soares, Ingrid. Invasão do Capitólio: Bolsonaro diz que pode ocorrer o mesmo no Brasil. Correio Braziliense, 07 de janeiro de 2021. https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4898849-invasao-do-capitolio-bolsonaro-diz-que-pode-ocorrer-o-mesmo-no-brasil.html
2. Marques, José. Bolsonaro recorre ao STF para invalidar ações do TSE sobre reunião com embaixadores. Folha de S.Paulo, 6 de fevereiro de 2023. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/bolsonaro-recorre-ao-stf-para-invalidar-acoes-do-tse-sobre-reuniao-com-embaixadores.shtml

indica que houve, nos meses seguintes às eleições, ensaios para saídas golpistas nos mais diversos formatos: desde lançar mão de mecanismos constitucionais, interpretados de maneira absolutamente equivocada, mas que, na visão de alguns descontentes, dariam às forças armadas o poder de restituir o poder[3], até o plano de criação de "armadilhas" para comprometer a idoneidade e neutralidade do presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, abrindo caminhos para a anulação do resultado eleitoral[4]. Nenhuma dessas trilhas, no entanto, foi seguida - aparentemente faltou endosso por parte de atores importantes para que qualquer uma delas fosse exitosa.

Bolsonaro partiu, assim, para a Flórida, nos Estados Unidos, negando-se a cumprir o tradicional rito democrático de passagem da faixa presidencial para Lula - o que significava negar-se a legitimar o resultado das urnas. Em mais um capítulo de aplicação do "método do caos" (recorrentemente utilizado por Bolsonaro, desde quando era ainda deputado federal), criou um ambiente livre para circulação das informações mais delirantes: a de que se o povo fosse às ruas as forças armadas tomariam o poder e Bolsonaro voltaria à presidência pelas mãos dos oficiais; a de que as urnas eletrônicas haviam sido fraudadas e as eleições seriam anuladas; a de que Alexandre de Moraes, presidente do TSE, seria preso, entre outras.

Assim, é plausível e provável que, apesar da tentativa de se organizar um golpe de Estado estruturado, e de se criar uma arquitetura para facilitar a destruição, muitas das pessoas presentes em Brasília para protestar contra a posse do presidente eleito e "tomar o Palácio do Planalto" tenham sido levadas a acreditar, sinceramente, que dispunham das melhores informações e estavam, assim, heroicamente fazendo o melhor para o Brasil.

USO DE REDES E PLATAFORMAS SOCIAIS

As redes sociais foram amplamente utilizadas para organizar, convocar e divulgar os protestos golpistas. Constituíram-se como o principal meio para a disseminação de informações e cobertura "ao vivo". No início dos atos, as grandes corporações de mídia não tinham jornalistas no local. As primeiras imagens veiculadas nos canais de televisão eram de manifestantes extremistas que estavam transmitindo a invasão em tempo real. Por meio de mensagens no Telegram, Whatsapp, e transmissões ao vivo no YouTube, principalmente, golpistas mal informados veiculavam o crime que estavam cometendo, animados, convocando pessoas a se juntarem, orgulhosos, mostrando seus rostos. Muitos registraram cenas de vandalismo e provas dos crimes que estavam cometendo sem o menor pudor: ou tinham muita convicção do êxito de sua empreitada e apostavam na anistia que lhes seria concedida, ou realmente não compreendiam que suas ações extrapolaram o direito à livre manifestação e liberdade de opinião.

Qualquer que seja a opção, isso só pode ser explicado pela crença equivocada em uma realidade paralela, negação sistemática de informações baseadas em fatos, ciência e leis. Uma espécie de "multiverso". Confrontadas diante das imagens, muitas pessoas negaram-se inclusive a acreditar no que estavam assistindo, atribuindo a supostos "infiltrados de esquerda" os atos de vandalismo. Ignorância ou cinismo? Difícil dizer. A base é o neofascismo favorecido pela criação de um mundo paralelo - sem nexo, mas que, aos olhos de quem quer acreditar, parece formar um todo coerente.

Nos dias oito e nove de janeiro, o instituto Atlas realizou uma pesquisa de opinião sobre os acontecimentos com 2.200 respondentes de todo o país: na ocasião, 18,4% disseram concordar com "as ações dos manifestantes bolsonaristas que ocuparam" a praça dos três poderes - uma proporção assustadora. Em relação à classe social, a maior porcentagem de pessoas que concordavam com as ações encontravam-se na faixa de renda entre R$ 5.000 e R$ 10.000, a segunda maior faixa de renda prevista na pesquisa, de classe média alta.

3. Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar. Agência Câmara de Notícias 04/06/2020. https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/
4. Amato, Gian. Moraes diz que tentativa de grampo é 'operação tabajara'. O Globo, 03 de fevereiro de 2023. https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/02/moraes-diz-que-tentativa-de-grampo-e-operacao-tabajara.ghtml

Entre esses, 32,3% afirmaram concordar.

Nos dias seguintes, em dez e onze de janeiro, uma nova sondagem foi realizada pelo Datafolha, instituto de pesquisa do Grupo Folha, que detém alguns dos mais lidos veículos de mídia no Brasil. Nesse novo levantamento, a pergunta foi formulada de forma diferente: já não era sobre "ações de manifestantes que ocuparam", mas sobre a "invasão e destruição dos prédios do Congresso, STF e Palácio do Planalto". Apenas 3% disseram-se favoráveis. Entre os respondentes, 2% participavam de grupos de apoio a Bolsonaro, no Telegram e/ou Whatsapp. Em relação à declaração do presidente Lula de que Jair Bolsonaro teria "estimulado os atos por meio das redes sociais", 45% concordavam e 45% discordavam. Entre os que discordavam, 88% declararam voto em Bolsonaro e entre os que concordaram, 80% votaram em Lula.

O uso das redes e a consequente reação da Justiça e da Advocacia Geral da União aqueceu ainda mais um debate geralmente circunscrito ao campo dos defensores de direitos digitais: o da moderação de conteúdo e regulação das plataformas. A livre circulação de mensagens convocando as pessoas para as manifestações golpistas configurou em muitos casos crime de incitação ao ódio, à violência e atentado contra o Estado Democrático de Direito.

Um estudo conduzido por diversos pesquisadores em sete países (o Brasil não está incluso) aponta que os algoritmos do Twitter amplificam mais ideários do espectro político ideológico de direita do que de esquerda[5].

A DEFESA DA DEMOCRACIA

Logo após os protestos, a Advocacia-Geral da União apresentou uma petição, solicitando ao Supremo Tribunal Federal que determinasse às plataformas digitais a identificação e remoção de conteúdos que incentivavam ações golpistas, bem como a desmonetização dos canais que os transmitiam.

A imprensa liberal de um modo geral também foi bastante incisiva na caracterização dos participantes dos atos como golpistas e até mesmo terroristas em alguns casos. Com raras exceções, a imprensa profissional foi importante para mostrar à população que não se tratava de um protesto democrático, mas de um atentado à democracia.

O presidente Lula convocou o Congresso, o STF e governadores de todos os estados para mostrar unidade contra atos antidemocráticos. Denúncias foram feitas pela AGU e pelo Ministério Público, e mandados de prisão foram expedidos, contra pessoas identificadas e também aqueles que financiaram os atos. Seguiram-se a esses também os mandados de prisão e apreensão da casa do então Secretário de Justiça do Distrito Federal, responsável pela segurança de Brasília, a capital do país, que se encontrava à época também na Flórida, Estados Unidos.

Até a Confederação Brasileira de Futebol publicou uma nota repudiando o uso das camisetas da seleção brasileira de futebol em atos antidemocráticos e de vandalismo[6], depois de anos de apropriação, pela extrema-direita, do vestuário simbólico. Desde as manifestações pelo impeachment da ex-presidente Dilma que o uniforme passou a ser utilizado por esse campo político.

No primeiro dia de fevereiro de 2023 o governo apresentou o "Pacote da Democracia", que reúne uma proposta de emenda à Constituição, uma de Medida Provisória e dois anteprojetos de lei. Eles têm por objetivo criar instrumentos que permitam ao Estado adotar ações incisivas na defesa do Estado Democrático de Direito.

A medida provisória buscará, segundo o Ministro da Justiça Flávio Dino, apoiando-se na legislação já existente, responsabilizar as plataformas por uma moderação mais rigorosa sobre conteúdos violadores da lei. Entre os mecanismos já existentes estão as decisões proferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral durante o período eleitoral.

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS

Como bem notou Rafael Evangelista[7] na

5. Huszár, F., Ktena, S. I., O'Brien, C., Belli, L., Schlaikjer, A., & Hardt, M. (2022). Algorithmic amplification of politics on Twitter. Proceedings of the National Academy of Sciences, 119(1), e2025334119.
6. CBF repudia uso da camisa da seleção em atos 'antidemocráticos e de vandalismo', Folha de S.Paulo, 9 de janeiro de 2023. https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2023/01/cbf-repudia-uso-da-camisa-da-selecao-em-atos-antidemocraticos-e-de-vandalismo.shtml
7. Evangelista, Rafael. As plataformas e a normalização da escrotice. PoliTICs, abril de 2020. https://www.politics.org.br/edicoes/plataformas-e-normaliza%C3%A7%C3%A3o-da-escrotice

PoliTICs, publicação do Instituto Nupef, celebramos a existência da Internet pelas possibilidades que surgiram de ampliar a diversidade e liberdade de expressão. No entanto, duas consequências advieram daí também: a perda de um imaginário comum a toda a sociedade e criação de nichos e bolhas de comunicação que foram altamente exploradas por estratégias de microtargeting, como aquele operado por Steve Bannon que resultou no escândalo da Cambridge Analytica.

A segunda é que o modelo de negócios dessas plataformas está baseado na retenção de audiência e no trabalho (produção de conteúdo) dos usuários - e na monetização desse processo. Elas coletam, armazenam e analisam os usos, de modo a preverem os comportamentos dos usuários. Assim, adotam algoritmos para maximizar essa experiência. Segundo o autor, "um dos melhores exemplos é o YouTube, que se tornou celeiro de radicalismos e teorias da conspiração. O algoritmo de recomendação, que já é responsável por 70% do tráfego na plataforma, busca o engajamento, a visualização incessante e a reação ao conteúdo".

Outro autor que vem observando o comportamento da extrema-direita no YouTube é o pesquisador e fundador da Novelo Data, Guilherme Felitti. Em artigo de 2021, ele alertou para as metodologias de remoção (e ocultação) de conteúdo produzido e publicado por pessoas pertencentes a esse campo político na plataforma. Uma das estratégias desses ativistas era colocar vídeos sensíveis e controversos no modo não listado (aquele que mantém o vídeo acessível apenas às pessoas que têm o link para ele). Assim, o vídeo não aparece no canal. Mas os participantes de grupos e canais de distribuição em massa que recebessem o link poderiam acessá-los. De modo que o conteúdo circula basicamente entre aqueles já predispostos a acreditarem nele, não sendo alvo de crítica ou desmentidos.

A tática serve também à criação de balões de ensaios, com testes do que "funciona", o que "cola" mais, antes de ampliar a circulação. Muitos dos participantes dessas bolhas têm a nítida impressão de que recebem "informações privilegiadas", "únicas", em contraposição à "massa", que estaria recebendo informações inverídicas por meio dos diversos e grandes meios de comunicação. É a expressão máxima da perda do imaginário comum também levantada por Evangelista.

Em 2022, o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) realizou, no âmbito do grupo de trabalho de regulação das plataformas, uma oficina sobre o tema que reuniu especialistas e ativistas de diversos setores. O relatório dessa oficina - que ainda não foi submetido ao comitê como um todo - traz contribuições para a construção de ações e diretrizes para a regulação de plataformas, tendo em vista a preservação do ambiente de debate democrático.

O documento[8], que se encontra disponível no site do Nic.br, aborda dezenas de ações e diversas diretrizes. Entre elas, estão a definição de aspectos e princípios a serem considerados na construção de um modelo de regulação; definição do escopo e a abordagem a ser adotada pelo CGI.br; formular um código de conduta com princípios, diretrizes e procedimentos para as atividades de moderação de conteúdos.

Os acontecimentos de janeiro de 2023 remontam às eleições de 2018, quando os brasileiros elegeram Bolsonaro por meio de uma campanha estruturada nas redes sociais e mensageiros, que se utilizou intensamente de mentiras e dispensou a mídia tradicional[9], conforme apontou a pesquisadora Letícia Cesarino. Poderíamos buscar sementes desse processo até mesmo antes disso, com o uso de redes, pela direita, para organizar protestos supostamente "patrióticos" contra a ex-presidenta Dilma, que resultaram no impedimento claramente político, sem embasamento jurídico, como a história vem mostrando.

Entretanto, naquele momento, possivelmente o mais relevante foi a mobilização de uma audiência massiva, insatisfeita, que até então não havia se identificado como um grupo. De lá pra cá, sofisticou-se muito o uso das plataformas para o engajamento de grupos de afinidade, e alimentação

8. CGI.br. Ações e Diretrizes para a regulação de plataformas digitais no relatório da Oficina realizada pelo GT Regulação de Plataformas. https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/20230127170029/Acoes_Diretrizes_Regulacao_Plataformas_Digitais_Brasil.pdf

9. Nascimento, Leonardo. Entrevista com Letícia Cesarino. Pernambuco, 2022. http://www.suplementope.com.br/entrevistas/3008-entrevista-let%C3%ADcia-cesarino.html

desses segmentos com informações que não necessariamente correspondem à realidade, mas que provocam grande mobilização. Isso porque a arquitetura dos algoritmos e estruturas dos modelos de negócios dessas plataformas favorecem a criação de ficções e conspirações.

Nas palavras de Cesarino, "enquanto a esfera pública pré-digital se fundamenta na produção de fatos públicos fatos científicos, jornalísticos, jurídicos, políticas públicas, a economia da atenção das plataformas se baseia na proliferação de ficções privadas indústria do entretenimento, cultura de celebridades, performances de experiências cotidianas em redes sociais, marketing personalizado, fofocas e rumores, assim como suas formas extremas, as teorias da conspiração. Essa inversão está preconizada na arquitetura algorítmica das plataformas, moldada num modelo de economia da atenção baseado na produção em série de sujeitos influenciáveis, cujo tempo de tela e dados de comportamento são vendidos aos reais clientes das plataformas".

E AGORA?

O governo tem agora o desafio de demonstrar firmeza contra a desinformação. De maneira célere, a ponto de motivar mudanças significativas que dificultem a disseminação de narrativas falsas, mas sem deixar de consultar a sociedade civil neste processo e acompanhar as resoluções internacionais nesse sentido.

Nos dias 22 e 23 de fevereiro, uma conferência mundial da Unesco sobre desinformação e discurso de ódio teve presença do governo brasileiro, de muitos outros governos, órgãos reguladores, representantes das empresas e da sociedade civil. Desde setembro de 2022 realizando consultas públicas para definir diretrizes internacionais, a Unesco pretende publicá-las ainda em 2023 para subsidiar políticas em todo o mundo[10].

Naturalmente, o governo brasileiro precisará também contar com o aval do Congresso Nacional, missão dificultada pela eleição de diversos atores conservadores que se apoiam no falacioso discurso a favor de uma pretensa liberdade de expressão.

Tal desafio é complexo, e precisa vir acompanhado de outras medidas: o (re)fortalecimento do acesso à informação e à transparência, a boa condução da economia e o fortalecimento das políticas sociais, a fim de permitir que o governo seja bem avaliado pela população e possa ter margem negociação com o Congresso.

A responsabilidade das plataformas num universo cada vez mais tomado pela desinformação é tema de debate por todo o mundo, e tal debate precisa ser amadurecido para que as sociedades possam lançar mão de uma matéria-prima crucial para seus avanços: a informação verídica. ■

Lula envia carta à conferência mundial da Unesco sobre desinformação. Agence France Press. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/02/22/lula-envia-carta-a-conferencia-mundial-da-unesco-sobre-desinformacao.htm

35

POLITICS

A revista POLI**TICS** é uma publicação do Nupef . ISSN: 1984-8803 [nupef.org.br]

[visite https://politics.org.br]

instituto NUPEF

O Instituto Nupef é uma organização sem fins de lucro, dedicada à reflexão, análise, produção de conhecimento e formação, principalmente centradas em questões relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e suas relações políticas com os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Para saber mais, https://nupef.org.br